

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT18.011

A PRÁTICA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS SOBRE O BULLYNG: INTERVENÇÕES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PÍCUÍ-PB

Emanuel Gilson Dantas¹

RESUMO

A escola não é um ambiente a parte da sociedade, ela é integrada ao país, estado e município e por este motivo apresenta problemas complexos como por exemplo a violência. Nota-se que na mídia e relatos da comunidade escolar que o problema de violência no ambiente citado vem sendo estudado e enfrentado por várias frentes. O bullying é a denominação para caracterizar várias formas de violência como: agressões físicas, verbais, psicológicas e etc, que ocorre no ambiente da sala de aula e fora dela entre alunos, e estes que pode ser caracterizados como: vítimas, agressores e espectadores. A escola apresenta um corpo de profissionais que pode contribuir com o enfrentamento ao bullying, um destes profissionais é o orientador educacional. Ao longo da história da educação este profissional vem sendo destaque por suas fases de atuação e suas contribuições em cada momento. O momento que a orientação educacional vive é o questionador. Além de questionar, o mesmo em suas atribuições também deseja que os alunos consigam conviver harmoniosamente na escola. Este trabalho tem como objetivo de analisar a atuação do orientador educacional perante a problemática bullying em uma turma de 5º ano B de escola municipal do município de Picuí-Pb. O orientador desen-

1 Mestre em Ciências da Educação- VENI CREATOR; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional-FTED; PEDAGOGIA- UEPB. secdorientadoremanuel@gmail.com;

volveu as atividades de intervenção. Usando como metodologia a análise do caderno de bordo do profissional, plano de atuação sobre o assunto, atividades registradas à partir da revisão bibliográfica. Nota-se que as atividades desenvolvidas pelo orientador educacional não é suficiente para a construção de uma consciência e sanar o problema vivenciado na turma.

Palavras-chave: Orientação educacional, Bullying, Prática, Ação.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é vasto em comportamentos apresentados na sociedade, já que a escola não está a parte da sociedade e om isso apresenta inúmeros problemas. Um destes problemas as configurações da violência. A principal representação da violência é o bullying, um mal enraizado tanto na escola como no ambiente das redes sociais. Para a mitigação deste problema a escola tem a contribuição dos profissionais como: O serviço de Orientação Educacional, Psicologia Escolar, Supervisão Escolar, Diretora e Vice-Diretor. Estes profissionais fazem parte da Gestão Escolar. Além deste temos os professores regentes da sala de aula, inspetor, auxiliares administrativos e auxiliares de serviços gerais (as famosas tias da merenda). O estudo usou como base a literatura que relata a profissão do orientador educacional, o planejamento de ações do profissional e sua atuação na escola, além de escritos registrando o bullying, sua evolução para o syberbullyng e suas consequências para os alunos vítimas deste tipo de violência. A intervenção é necessária, já que a turma do 5º ano B do ensino fundamental apresentou um número inadequado de eventos característico deste tipo de violência, conseqüentemente evoluindo para as redes sociais. O objetivo é analisar a atuação do orientador educacional perante a problemática bullying em uma turma de 5º ano B de escola municipal do município de Picuí-Pb. A pesquisa analisou o caderno de bordo do profissional orientador educacional, o planejamento e as atividades impressas para a aplicação na turma, posteriormente analisado a luz da ciência. Analisando todo o material disponibilizado pelo profissional, nota-se que a intenção é lovável. Infelizmente a ação desenvolvida pelo orientador educacional não é suficiente para a construção de uma consciência entre a turma e sanar o problema vivenciado. Sugere-se que o Orientador Educacional se planeje para uma atuação efetiva, onde tenha uma presença constante na escola e conseqüentemente na série/ano onde está acontecendo este tipo de violência.

No início da profissão o que era praticado perante as questões era a orientação vocacional, treinando alunos e selecionando os mesmos para o trabalho. (GIACAGLIA. 2015,p.06).

Este modelo de orientação vocacional e profissional iniciou-se no fim do século XIX em São Francisco e em Boston, nos EUA e França. O praticante significativo da orientação vocacional foi Frank Parsons. (GIACAGLIA. 2015,pág.06). O mesmo entendia que a orientação vocacional deveria encaixar o homem certo na função certa. Esta era a base do pensamento da teoria usada por Parsons. Ele cruzava as características pessoais com as características da função e assim tomava a decisão. Para colher as características individuais, na orientação vocacional lançava mão da psicometria. (GIACAGLIA. 2015, pág.07).

A orientação educacional no ambiente escolar, surge motivada pela Revolução Industrial, haja vista a sociedade ter sofrido uma mudança de pensamento e de ação significativa e surgiu a necessidade de mão de obra qualificada, sendo a formação desta mão de obra responsabilidade da escola e por consequência do orientador. (GIACAGLIA. 2015, p.06).

A partir de novos pensamentos influenciados pelos estudos e movimentos pós Revolução Industrial, com a evolução da ciência e mudanças provocadas pela filosofia, psicologia, com o advento da educação vendo o aluno como sujeito de direito em desenvolvimento, a orientação passa a mudar sua prática. (GIACAGLIA. 2015, pág.13).

A Orientação Educacional no Brasil esteve sempre ligada às tendências pedagógicas adotadas, num esforço de se tentar desenvolver um trabalho adequado para o momento histórico (GRINSPUN, 2008, p. 11). Neste contexto, o papel do Orientador Educacional é um colaborador do processo pedagógico, num movimento que tem como objetivo principal quebrar com os paradigmas sociopolíticos e econômicos impostos pela sociedade moderna (GRINSPUN, 2008, p. 13). A atuação do Orientador Educacional está baseada em um ato político comprometido com uma sociedade mais justa e por este motivo vive em uma constante mudança e seu trabalho deve ser contextualizado, levando-se em consideração a

história do aluno, onde este educando perceba seu desenvolvimento. Seja compreendido a realidade e haja percepção entre o desenvolvimento individual e o aprendido. (GRINSPUN, 2008, p. 29). A existência no ambiente escolar deste profissional, portanto, é justificado a partir do entendimento político educacional, então a atuação do orientador estava justificada pela Constituição de 1937. Seguindo este entendimento, tal profissional deveria promover entre o alunado uma disciplina moral com base no adestramento físico (LEME; SILVA, 2014, p. 23), mas o seu papel vem sendo transformado ao longo do século XX e nestes primeiros anos do século XXI, papel este que ainda não foi devidamente esquadrinhado pela História da Educação.

Do ponto de vista da legislação educacional, a Lei n. 5.564/68 e o Decreto n. 72.846/73 são os primeiros diplomas legais que se voltaram para a função deste profissional, afirmando que os orientadores deveriam atuar no sentido de promoverem o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade do aluno, o que nos leva a perceber o viés psicológico imbuído na lei (LEME; SILVA, 2014, p.23). Para além dos artigos das leis e decretos regulamentares, percebemos que a profissão passou por fases importantes ao longo do século XX, sendo que a fase terapêutica se destaca, uma vez que preconizava um atendimento prioritário aos alunos considerados “problema”. Temos notado que tal perspectiva vem, ao longo dos anos, sendo desconstruída e substituída por uma percepção de que o Orientador Educacional deveria atentar criticamente para os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais que permeiam o ambiente escolar (GRINSPUN, 2010, p. 28).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em seu artigo 61, trata de forma indireta do papel do Orientador Educacional, quando diz o seguinte: “Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que são (...) trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional (...)” (BRASIL, 1996). Como podemos observar, a LDB preconiza a necessidade deste “profissional da educação”, colocan-

do-o no cerne das políticas públicas para a educação e considerando uma ligação entre a escolarização (educação) e este profissional da educação (LEME; SILVA, 2014, p. 24).

A cada discussão a prática da orientação educacional iria se distanciando da prática vocacional onde os alunos eram direcionados através do seu desejo de trabalho, para a discussão das questões sociais e as desigualdades dos trabalhadores. (GRINSPUN, 2008, p. 22).

Para GRINSPUN (2008, p. 26) a orientação educacional está intrinsecamente ligada ao aluno, sendo para atingir o alunado que existe o orientador.

A cada dia inicia o pensamento dos orientadores educacionais, que o seu papel principal é proporcionar uma escola contextualizada com a realidade do aluno, não apenas como um objeto, mas este aluno que tem uma realidade, que deve ser vista dentro da escola. O pensamento de padronização, através do Serviço de Orientação Educacional, já passou. Atualmente o orientador educacional deve está comprometido com a melhoria da escola. (GRINSPUN, 2008, p. 29).

A orientação educacional apresenta consciência, que neste serviço dinamiza, mobiliza as questões coletivas. Tendo como entendimento que o indivíduo envolvido nas discussões é um sujeito ativo e consciente da realidade vivenciada. A prática do orientador deve ser baseada na realidade vivenciada no ambiente escolar, de forma contextualizada. (GRINSPUN, 2010, p. 56).

Levando em consideração, estes atores envolvidos no cotidiano escolar, vem carregado de conhecimentos, práticas sociais, que não são apenas desenvolvidas na escola, de movimentos políticos e assim por diante. Estes conhecimentos são demonstrados no cotidiano e conseqüentemente nas decisões tomadas pelo coletivo escolar. (GRINSPUN, 2010, p. 58).

Um desses atores envolvidos no cotidiano escolar é o orientador educacional e como o profissional em questão sempre esteve ligado às ocorrências do dia a dia escolar, atuava a partir do discurso do outro, refletindo na sala de aula e na família. O cotidiano era visível no discurso dos

participantes da escola. O orientador, a partir das observações fazia a análise com outros protagonistas e tentava, com objetividade, ter uma visão do que ocorre neste cotidiano. (GRINSPUN, 2010, p. 59).

No cotidiano escolar, há uma complexidade que a caracteriza. O orientador educacional entende que nesta complexidade, apresentada no coletivo, há uma complexidade individual e a junção das individualidades formam o cotidiano. O profissional estuda, ouve e age neste cotidiano, oferecendo a ação ao alunado e conseqüentemente a instituição. (GRINSPUN, 2010, p. 61).

A ação do orientador educacional tem a possibilidade de intervir no ambiente escolar e por esse motivo é na escola que deve ser avaliada e reavaliada, sendo um processo dialético. (KUMM apud ALVES, 2018, p. 47).

A educação atual deseja uma pessoa integral, que desenvolva toda sua potencialidade.

Sendo assim

A concepção de omnilateralidade do homem centra-se na apreensão do homem enquanto uma totalidade histórica que é, ao mesmo “natureza”, individualidade e, sobretudo, relação social. Uma unidade na diversidade física, psíquica e social; um ser de necessidades imperativas (mundo das necessidades material) em cuja satisfação se funda suas possibilidades de crescimento em outras esferas (mundo da liberdade). (FRIGOTTO apud ALVES, 2018, 56)

É neste cenário educacional que está encravado a orientação educacional. O orientador educacional deve ter conhecimento dos pensamentos e atitudes (conceitos, práticas, políticas educacionais ou políticas públicas) para que balize as informações postas e daí consiga praticar a criticidade da função e propor ações pedagógicas críticas, onde o aluno e professor exerça toda a sua potencialidade educativa.

Para ALVES (2018) tratar de orientação educacional na atualidade não deve-se apenas a fixar as atividades de atendimento aos alunos e seus familiares. Deve-se ir mais além, como por exemplo, as questões políticas e sociais que estão por trás da ação.

Sendo assim o orientador educacional deve entender que a educação é sua atuação, focalizada na dimensão afetivo-social como eixo estrutural. Não apenas atentando-se a padrões de desempenho, deve-se levar em consideração os aspectos da subjetividade. (LUCK, 2014, p. 10).

Nota-se que o trabalho do orientador não é seguir uma cartilha ou executar tarefas e sim discutir os problemas que envolve o ambiente escolar, sem perder a criticidade do por que aquele ou outro fenômeno está manifestando e posterior agir de forma coletiva

Para ALVES (2018, p. 102) “Pensar no trabalho do Orientador Educacional partindo das ressignificações citadas é aprofundar a reflexão sobre sua atuação para além de atribuições e tarefas, salientando a característica política do seu fazer pedagógico”.

Saindo desse pensamento de ajustamento do aluno a escola, família e seu atendimento aos “desajustados”. A orientação Educacional

não deve ser entendida como um serviço complementar na educação, mas um serviço perfeitamente integrado no contexto da Teoria da Educação e, portanto, co participando do processo educacional utilizando-se das ciências da educação a fim de contribuir para o êxito do ato educativo. (MARTINS apud SILVA, 2014, 33).

Silveira aponta um campinho de atuação, onde a prática deve ser baseada na formação crítica do aluno, levando em consideração o momento político, social e cultural do momento.

O orientador educacional aborda os problemas reais da escola, desta forma proporciona ao alunado o conceito de relação e estabelece o desenvolvimento da consciência crítica, tornando-o apto à tomada de decisões. (SILVA, 2014, p. 33)

A orientação educacional sempre esteve ligada a um momento histórico, como já foi citado e tendências pedagógicas. Nesse fazer pedagógico o profissional é um colaborador, tendo como seu objetivo quebrar paradigmas pré-existentes, no que refere-se a questões sociopolíticos e econômicos apresentadas pela sociedade vigente. (GRINSPUN apud DANTAS; NASCIMENTO, 2019, p. 412)

A Orientação Educacional no município de Picuí-PB ainda está em transformação. Atualmente a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, em seu quadro técnico-pedagógico efetivo quatro orientadores educacionais.

Em 07 de julho de 1998 a Câmara Municipal aprovou e o executivo sancionou a Lei N° 990, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público Municipal, tendo como base as Leis N° 9394/96, 9424/96 e a Resolução N° 03 do Conselho Nacional de Educação.

Em seu artigo 2° dita que:

Integram a carreira do Magistério Público Municipal os profissionais que exercem atividade de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, assim consideradas as de direção ou administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional (PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ, pag.01, 1998).

Nota-se que neste artigo cita o profissional do orientador educacional como parte do magistério municipal. O artigo registra quem faz parte da equipe técnica da Secretaria de educação. Registra a necessidade de ter o orientador educacional presente na educação fundamental mantida pelo o município.

No Capítulo II da Lei municipal 990, em seu artigo 15, determina as seguintes atividades para o orientador educacional.

O ocupante do cargo de orientador educacional desempenha a função de orientação educacional, que congrega as atividades de:

- I. participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;
- II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento escolar;
- III. desenvolver ações voltadas à integração dos alunos no processo educativo desenvolvido no estabelecimento de ensino;
- IV. colaborar com as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

- V. participar dos colegiados existentes na unidade escolar. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ, p. 01, 1998).

Entendendo que as delimitações de funções deve ser realizada, para deixar claro a função de cada profissional em educação, é necessária, já que:

As atividades descritas para o orientador educacional é uma tentativa de normatizar o exercício e padronizar esta atividade. Com a determinação legal é registrado o que o profissional deve realizar no ambiente escolar. O profissional em questão deve criar as metodologias adequadas para praticar as atividades descritas na lei. A normatização serve para nortear a prática.

Na mesma lei dita que para exercer a função de orientador educacional ou outras funções do magistério, o profissional deverá submeter-se ao concurso público. Ao assumir o cargo público, o servidor tem 40 horas semanais para o pleno exercício da atividade.

O artigo 22 da lei municipal determina que é função do secretário de educação designar as escolas de atuação do orientador educacional, mas não relata pontos norteadores para determinar a quantidade de escolas ou a quantidade de orientadores necessários para o município.

Em 06 de novembro de 1998 foi publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal Oficial do Município o edital de concurso público, anunciando uma vaga para o profissional em orientação educacional e outras funções da Educação, Saúde e etc. De acordo com o edital publicado, o candidato à vaga de orientação educacional deveria ser submetido a prova de: Conhecimentos específicos objeto do concurso e Língua Portuguesa. Em 20 de dezembro foi aplicada a prova a todos os candidatos que estavam aptos ao edital.

Como já citamos, a história da orientação educacional no município de Picuí não se limitou apenas ao projeto de lei do magistério e também ao concurso de 1998. Houve posteriormente outro concurso público para o cargo de orientador educacional.

O Plano de Cargos e Carreira passou por alterações em 2008 e 2010, conforme documentos publicados no site da Prefeitura Municipal de Picuí-Pb. Acontece uma mudança significativa entre a lei municipal 990 e a lei complementar N° 06, em relação a atividade do orientador educacional:

Em seu artigo 53 percebe-se as mudanças:

Art. 53. São Especialistas em Educação os ocupantes dos cargos de Supervisor Escolar, Orientador Educacional e Psicólogo Educacional.

§ 2º. Ao Orientador Educacional compete participar na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos da Unidade Escolar, visando ao desenvolvimento integral do aluno, apoiando a família, e o corpo docente, visando maximizar o aproveitamento dos alunos, além de:

- I. Executar, a partir dos critérios estabelecidos, a organização de classes e de grupos;
- II. Assessorar o trabalho docente, acompanhando o desempenho dos professores em relação ao processo ensino-aprendizagem, o processo de avaliação e o apoio pedagógico ao alunado;
- III. Pesquisar as causas do baixo desempenho do alunado, sugerindo ações que possam reduzir os problemas identificados;
- IV. Acompanhar os registros dos alunos por parte dos professores, bem como manter atualizado o perfil das turmas;
- V. Participar do Conselho de Classe e, quando designado, presidir o mesmo;
- VI. Promover atividades de integração escola e família;
- VII. Incentivar o desenvolvimento de atividades tais como: programas preventivos de saúde, higiene e segurança, atividades culturais, artísticas e outras;
- VIII. Auxiliar os alunos na identificação de suas habilidades e competências para que possam fazer opções mais acertadas em relação às suas decisões de escolha;
- IX. Participar de outras atividades afins. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ. 2010, pág. 8).

Entendendo que as delimitações de funções deve ser realizada, para deixar claro a função de cada profissional em educação, é necessária, já que:

A equipe técnico-pedagógica que trabalha nas escolas é constituída pelos especialistas em educação, egressos das diferentes habilitações do curso de Pedagogia. O fato de terem formação acadêmica semelhante, de atuarem no mesmo espaço físico e de visarem a objetivos comuns torna não só difícil como, sobretudo, necessária a delimitação clara das atribuições de cada profissional, contribuindo para a melhor compreensão das tarefas e melhor integração da equipe técnica. Em contrapartida, o desconhecimento das atribuições e de seus limites claros pode gerar expectativas infundadas quanto ao desempenho de cada especialista. (GIACAGLIA. 2015, pág. 65).

Pós 1998 registraram-se mais três concursos públicos. Em 2007, 2014 e 2019, tendo vaga para o cargo de Orientador Educacional. Nota-se que em cada edital é disponibilizado uma vaga. Os conteúdos exigidos em cada edital apresenta exigência de domínio de temas relevantes para o exercício da profissão de orientadores educacionais, como por exemplo: o Estatuto da Criança e do Adolescente; Funções da Orientação Educacional; Contexto histórico da Orientação Educacional no Brasil; Noções de orientação vocacional e profissional; Técnicas de medida e avaliação em Orientação Educacional; Orientação Educacional, escola e família.

Os conteúdos específicos da função de orientador educacional exigidos nos concursos públicos em Picuí-PB demonstram que o candidato a vaga deve conhecer a função que se dispõe a exercer de forma coerente com a história dos Orientadores Educacionais. Além de legislação que fundamenta a tomada de decisões no dia a dia das escolas municipais, como por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

As unidades escolares são divididas por estes profissionais que estão atuando, sendo assim, os Orientadores Educacionais não estão a semana toda na escola. Há um calendário, que o profissional planeja o dia que estará na escola e este quadro fica disponível na sala da equipe pedagógica da Secretaria de Educação. Além de está exposto o cronograma de visitas às escolas na Secretaria, é enviado para cada escola este calendário o dia que o orientador educacional estará na devida unidade educação de atuação. Assim, toda a comunidade escolar tem acesso ao profissional,

podendo o mesmo atender de acordo com a necessidade da instituição a demanda local.

Nas escolas, o profissional mantém fichas em arquivos, onde o orientador mantém registrado as suas ações individuais e coletivas, de forma nominal do aluno.

A necessidade de tantos fichários deve-se à natureza dos diferentes tipos de informações mantidas no SOE. Há documentos, como, por exemplo, as autorizações dos pais ou responsáveis para que o aluno participe de excursões ou de outras atividades extras ou para que ele receba educação sexual ou religiosa. Estas têm caráter administrativo e podem e devem ficar em lugar acessível. Há dados sigilosos, como, por exemplo, resultados de testes psicológicos e diagnósticos de eventuais distúrbios, geralmente fornecidos por psicólogos, além de informações particulares obtidas pelo Or. E. em entrevistas com o aluno ou com outras pessoas. (GIACAGLIA. 2015, p.129).

Conforme Giacaglia, o Serviço de Orientação Educacional, tem organização própria, que o caracteriza como serviço.

O orientador educacional mantém em cada escola, como foi colocado anteriormente, um arquivo com os nomes dos alunos e nele contém as ações desenvolvidas pelo profissional. Giacaglia trata essas fichas como “prontuários” e essas fichas são consideradas sigilosas. (2015, p. 130).

Um indício de que a prática da orientação educacional estava ligado a psicologia seria essas fichas sigilosas. O orientador usa as fichas para entender e facilitar as construções de relatórios sobre sua atuação ou para construir relatórios sobre o aluno em questão. As fichas são abertas e qualquer pessoa da escola pode ter acesso ao conteúdo.

Nota-se que a orientação educacional tem um vasto campo de trabalho, que o ambiente escolar é espaço de atuação deste profissional e com a evolução da educação e da profissão, o orientador educacional deve atuar de forma social e político para contribuir com um sujeito que tenha consciência coletiva e possa melhorar o ambiente onde está inserido.

A escola não está a parte da sociedade e por isso reproduz alguns males da humanidade, uma dela é a violência apresentado pelo bullying.

Para enfrentar esse mal deve-se aprender a identificar, quem são as vítimas, os que praticam, os que veem e não tomam partido, as consequências provocadas nas vítimas e o ambiente onde acontece.

O bullying é um fenômeno mundial que atinge todas as escolas. Podemos dizer que é um problema endêmico. (SILVA, 2010, p. 20). Os agressores não apresentam motivo para atacar os agredidos, não demonstram problemas anteriores com as vítimas, apenas acreditam que tem o direito de praticar a o bullying. Os agressores acreditam que é natural promover a violência para demonstrar, força, poder, humilhar, maltratar, etc. (SILVA, 2010, p. 21).

Para Silva (2010, p. 21) a palavra bully significa a pessoa valentona, brigona, mandona e a palavra bullying é um conjunto de ações violentas pede ter ações físicas ou psicológicas de caráter intencional e repetitivo cometida contra um ou mais vítimas. Os que são vitimas sempre estão em desvantagem, frágeis físicas e emocionalmente.

Para manter as vítimas em seu domínio, os agressores usam estratégias como abuso de poder, a intimidação e a prepotência. O praticante desta modalidade de violência sempre domina toda a turma e os que não são vítimas de Bullying não conseguem reagir ao presenciar os atos de violência. (SILVA, 2010, p. 21)

De acordo com Silva (2010, p. 22) não é apenas nas escolas que são encontrados o bully. Os praticantes são encontrados em todos os ambientes sociais. No seio das famílias podemos encontrar na figura de pais, cônjuges, irmãos manipuladores, perversos. No ambiente de trabalho são representados por chefias, colegas de trabalho tiranos e impiedosos.

As consequências podem ser catastróficas para a vida educacional dos que sofrem bullying, como por exemplo a evasão escolar. Mas não para em uma evasão ou reprovação na/da escola. São várias características do bullying e consequências, são elas; Verbal: fazer piadas ofensivas, xingar, colocar apelidos pejorativo; Físico e Material: roubar os materiais da vítima, destruir os seus objetos, jogar objetos na vítima, bater, chutar, ferir de várias formas; Psicológico e Moral: ignorar, desprezar, irritar de

forma constante, excluir, provocar situações de isolamento, discriminar, ameaçar, chantagear, passar bilhetes denegrindo a imagem da vítima; Sexual: este é o mais desprezível forma de praticar o bullying, que destrói a pessoa de várias formas. Não muito comum, acontece entre meninos e mais comum com as meninas. (SILVA, 2010, p. 23-24)

Além dos problemas físicos existe as consequências psíquicas e comportamentais. Um destes problemas são sintomas psicossomáticos, como dores de cabeça, insônia, náuseas e problemas na concentração ao executar atividades; (SILVA, 2010, p. 25)

Transtorno do Pânico: A pessoa que adquire este transtorno é tomada pelo medo inexplicável, não tendo momento ou lugar para sua manifestação. Em alguns casos apresentam características de ataque cardíaco, onde não é identificado por exames. Na sua maior manifestação a pessoa apresenta medo de ter medo; (SILVA, 2010, p. 25)

Fobia Escolar: Neste caso a vítima pode apresentar os problemas psicossomáticos e de pânico no ambiente escolar e além de reprovações, evasões, e transtornos de aprendizagens; (SILVA, 2010, p. 26)

Fobia Social: este pode ser percebido como timidez patológica ou transtorno de ansiedade social- TAS. Os que sofrem deste transtorno teme ser o centro das atenções, sofre de ansiedade generalizada, teme avaliações negativas e julgamentos. Um problema na fase adulta é não conseguir realizar reuniões, já que é o centro das atenções; (SILVA, 2010, p. 27)

Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG): a pessoa que sobre deste mal, preocupa-se com tudo ao seu redor, desde situações pequenas e outras gigantesca. Na maioria das vezes são pessoas impacientes, negativistas e com sensação de que esqueceu de realizar algo importante ao acordar; (SILVA, 2010, p. 27)

Depressão: Esta doença afeta o humor, os pensamentos, a saúde e o comportamento, não é apenas uma tristeza ou baixo astral. Os principais sintomas são: tristeza persistente, ansiedade ou sensação de vazio, sentimentos de culpa, sentimento de inutilidade e desamparo, excesso de sono, perda ou aumento de apetite, etc; (SILVA, 2010, p. 28)

Anorexia e Bulimia: Este são os transtornos ligados a alimentação. Considerado epidemia no ocidente, sendo as mulheres as vítimas deste transtorno, chegando a 90% dos casos. A anorexia é o pavor de engordar, distorcendo a sua imagem corporal. A pessoa que adquire o transtorno percebe-se a imagem gorda e distorce o seu próprio peso. A bulimia, distorce o seu peso e imagem e compulsoriamente ingere alimentos descontroladamente e por consequência, sente-se culpado pela ingestão e provoca o vômito; (SILVA, 2010, p. 29)

Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) está dentro do transtorno da ansiedade, é conhecido como “manias”. Quem sofre de TOC passa a apresentar comportamento repetitivo na ânsia de amenizar a ansiedade. Os exemplos de TOC são as manias de limpeza, checagem e ordenação, tentando organizar objetos; (SILVA, 2010, p. 30-31)

Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) como o nome sugere é provocado por um estresse posterior a um fato traumático, que na maioria das vezes envolve acidentes que envolve a morte. Quem sofre deste transtorno, vivencia em sem controles as lembranças do trauma. Observa o aumento dos casos envolvendo pessoas que foram vítimas de bullying. (SILVA, 2010, p. 31)

Como já foi citado, são três os personagens envolvidos no bullying. As vítimas, os agressores e os espectadores, todos apresentando características próprias.

As vítimas são na sua maioria os que não conseguem revidar as provocações, apresentam dificuldades de socialização, são tímidas ou reservadas. Na maioria são frágeis fisicamente ou apresentam características físicas que se destacam nos ambientes escolares, como por exemplo: gordinhos, magrinhos, altos ou baixos, condições financeiras ou sexualmente diferente. (SILVA, 2010, p. 37- 38)

Os agressores apresentam características de desrespeito e maldade juntamente com um poder de convencimento e liderança, que pode ser adquirido pela força ou assédio psicológico. O agressor pode ser dos ambos os sexos. Eles apresentam dificuldade desde cedo de seguir

normas, não aceitam ser contrariado ou frustrações. Em geral estão envolvidos em pequenos delitos, furtos ou vandalismo. Os desempenhos destes agressores são bastante regulares ou baixo, esta característica não deve ser confundida com deficiência intelectual ou de aprendizagem. (SILVA, 2010, p. 43)

Os espectadores são os que presenciam os agressores atacarem as vítimas, mas não conseguem reagir, não conseguem ir em defesa ou tomam partido dos agredidos. Dentro deste grupo, tem três tipos. Os espectadores passivos, os que tem medo de se tornar vítima, sendo assim recebem ameaças veladas. Os espectadores ativos são os que de forma contundente apoia as agressões contra as vítimas com incentivos verbais. E por ultimo os espectadores neutros, são aqueles que por serem oriundos de comunidades onde a violência é normatizada ou de lares considerados desestruturado não conseguem apresentar sensibilidade pelas situações bullying. (SILVA, 2010, p. 43-46)

É de suma importância a escola e família perceber os grupos e identificar as vítimas, os agressores e os espectadores para poder planejar de forma adequada ações que seja eficiente contra o bullying. (SILVA, 2010, p. 47)

A escola nos dias atuais deve perceber que não deve apenas atuar para os alunos se darem bem nas avaliações. A escola deve contribuir com a formação social e levar em consideração a construção do pensamento coletivo e socialmente saldável.

O ambiente da escola deve contribuir com o amadurecimento adequado, os jovens necessitam que profundas transformações ocorram. Estas mudanças devem redefinir papéis, funções, não só na escola como também nas famílias. (SILVA, 2010, p. 63)

METODOLOGIA

Usou-se como coleta de dados os registros pessoais do profissional no período de fevereiro a agosto do ano de 2025, os quais o mesmo

denomina diário de bordo. Os diários de bordos são cadernos de duzentas folhas onde o orientador educacional registra suas atividades diárias. Além deste material, usou-se as atividades impressas e o plano de intervenção desenvolvido pelo profissional.

O pesquisador analisou o material exposto anteriormente, haja vista: “Podemos utilizar como fontes de coleta de dados: observações pessoais, percepções de terceiros (pessoa fonte), congressos, seminários, centros de documentação, internet, livros, legislações, imagens entre outros. [...]” (COSTA. 2015, p.44).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola onde o trabalho aplicou-se oferece do 1º ao 5º ano do ensino fundamental menor. São dois turnos, matutino e vespertino. Para cada ano/série existe duas turmas. Tendo 11 professores, um deles atua na sala de AEE- Atendimento Educacional Especializado. Além das turmas a escola conta com uma cozinha, 4 banheiros dividido em masculino e feminino, banheiro para funcionário e um adaptado. 1 grande sala que é a secretaria da escola, sala de professores e gestão da unidade.

De acordo com o diário de bordo, o Orientador Educacional realizou uma palestra sobre Bullying e Cyberbullyubg como forma de introdução do assunto na turma em 18/02/2025. Conforme o planejamento, o O.E. proporcionaria quatro atividades impressas a cada estadia na escola, já que o profissional divide suas atividades com mais três escolas na zona urbana e rural. As atividades foram aplicadas nas seguintes datas 11/03/2025;17/03/2025;31/03/2025. De acordo com o seu diário de bordo, o mesmo esteve presente em reuniões promovido pela supervisora escolar e os familiares dos agressores identificado pela professora regente, este encontro com as famílias aconteceu em 24/02/2025. Esta última ação, de acordo com os registros, não estão no plano de intervenção, seria uma atividade extra. Nesta reunião esteve presente a psicóloga escolar, gestores (Diretor e Vice-Diretor), Supervisora Escolar e os pais, que por sua vez, foram atendi-

dos individualmente. As atividades eram de respostas abertas e opções de marca, tendo possibilidades dos alunos apresentar o que entendia sobre o tema, como questões sobre Bullying, Syberbullying e como identificar as vítimas e seus agressores e conseqüentemente o que esta ação poderia desencadear nas vítimas, inclusive doenças e síndromes.

Analisando todo o material disponibilizado pelo profissional, nota-se que a intenção é lovável. Infelizmente a ação desenvolvida pelo orientador educacional não é suficiente para a construção de uma consciência entre a turma e sanar o problema vivenciado. Sugere-se que o Orientador Educacional se planeje para uma atuação efetiva, onde tenha uma presença constante na escola e conseqüentemente na série/ano onde está acontecendo este tipo de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa é a forma de registrar as atividade dos profissionais e conseqüentemente, a possibilidade de outros profissionais realizar a continuidade da mesma ou refurtar a consclusões apresentada no trabalho. Nota-se que o profissional preocupa-se com o registros para que estudantes, profissonais da educação tenha acesso aos seus registros. Por esse cuidado podemos realizar o estudo, que não é finito, podendo ser analisado por acadêmicos, escritores e assim por diate. Agrademos ao Orientador Educacional por compartilhar seu material pessoal para que esta pesquisa seja desenvolvida e publicada. Agradecemos a escola onde foi desenvolvida as intervenções, conseqüentemente aos alunos e profesora regente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tamara de Souza Santana Batista. **O trabalho do Orientador Educacional na Rede Municipal de Duque de Caxias: limites e possibilidades de atuação na equipe diretiva para uma gestão democrática.** Dissertação (Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em

Periferias Urbanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 219. 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10059>. Acesso em: 20/03/2020;

BRASIL. **CÂMARA DOS DEPUTADOS, DECRETO Nº 72.846, DE 26 DE SETEMBRO DE 1973.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72846-26-setembro-1973-421356-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06/12/2019;

_____. **DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei402420dezembro1961353722publicacaooriginal1pl.html#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratamento,de%20classe%20ou%20de%20ra%C3%A7a>. Acesso em: 06/12/2019;

_____. **DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO DE 1º E 2º GRAU, LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 06/12/2019;

COSTA, Marcos Antonio F. da. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça.** 6. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015;

GIACAGLIA, Lia Renata Anglini. **Orientação Educacional na Prática: Princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos.** 6. Ed – São Paulo: Cengage Learning, 2015;

GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippi. **Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola.** 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008;

_____. **A orientação educacional: Conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2010;

_____. **A prática dos orientadores educacionais.** 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008;

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: Mentas Perigosas nas Escolas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010;

SILVA, Jaqueline Luzia da. **Orientação e supervisão educacional: Reflexões sobre fazer pedagógico**. RJ: Wak Editora, 2014;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI. **Lei Complementar nº 06, de 23 dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.picui.pb.gov.br/legislacao?cat=10>. Pesquisado em: 19/02/2016.

LUCK, Heloísa. Planejamento em orientação educacional. 23. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014;